

PORTARIA Nº 122/2021

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, do art. 7º da Portaria nº 73/2021, publicada no D.O.E./TCE-CE de 22/02/2021, e tendo em vista o que consta no Processo nº 35027/2020-0-TC; **RESOLVE desligar**, a partir de 20/03/2021, o estagiário THYAGO OLIVEIRA COSTA, nos termos da alínea “F”, da Cláusula Quarta, do Termo de Compromisso de Estágio.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2021.

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

*** **

PORTARIA Nº 123/2021

Dispõe sobre medidas excepcionais de contenção e controle de gastos públicos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em face da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995),

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia pelo Coronavírus (COVID-19), no dia 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada através da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 543, de 03 de abril de 2020, e o Decreto nº 33.510/2020, de 16 março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e dispôs sobre medidas para o enfrentamento e a contenção da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) no Estado do Ceará, e suas prorrogações;

CONSIDERANDO o Decreto nº 33.980, de 12 de março de 2021, que ampliou o isolamento social rígido para todos os municípios do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que as projeções econômicas e financeiras apontam para uma severa crise mundial e local, diante dos efeitos causados pela pandemia;

CONSIDERANDO os previsíveis cenários fiscais adversos no âmbito da Administração Pública Nacional (Federal, Estadual e Municipal), com possíveis impactos no orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar implementando medidas no sentido de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Tribunal, o que resulta na premente necessidade de contingenciamento de gastos por parte desta Corte de Contas,

RESOLVE:

Art. 1º Manter o Plano de Contingenciamento de Despesas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), adotando medidas excepcionais de contenção e controle de gastos públicos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em face da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), com o objetivo de promover ações que visam a otimização e redução das despesas e resultem em economia na gestão do orçamento da Instituição, na forma definida nesta Portaria.

Art. 2º Determinar a imediata adoção, sem prejuízo de outras providências a serem oportunamente estabelecidas, das seguintes medidas:

§ 1º No que se refere às despesas de Investimento e Custeio:

I - contenção de despesas com consultoria técnica, com exceção daquelas necessárias aos projetos e ações estratégicas do Tribunal, consoante decisão da Presidência, por meio de processo administrativo devidamente justificado;

II - redução dos gastos com aquisições de materiais de consumo;

III - racionalização na concessão dos materiais de consumo e itens de almoxarifado;

IV - racionalização no consumo de água e energia elétrica;

V - monitoramento dos Contratos Administrativos, buscando verificar a sua execução em conformidade com os descontos e as supressões até então formalizados, em face das medidas de contingenciamento efetivadas, zelando pela racionalização de despesas nos contratos sob demanda;

VI - redução do gasto com combustíveis, peças e serviços de reparos de veículos automotores, cabendo a Secretaria de Administração readequar a disponibilidade para os diferentes setores;

VII - contenção das despesas com viagens empreendidas com veículos oficiais, de representação ou não, independentemente da quilometragem, salvo:

a) os casos urgentes e no interesse do trabalho da administração que serão decididos pela Presidência do Tribunal;

b) a necessidade de inspeções *in loco*, quando necessárias, a serem realizadas pela Secretaria de Controle Externo (Secex), no curso dos trabalhos de fiscalização junto aos jurisdicionados do TCE/CE.

VIII - suspensão da emissão de passagens aéreas, exceto para deslocamentos excepcionais, devidamente justificados, a critério da Presidência;

IX - suspensão do pagamento de diárias para fora do Estado e do País, ficando permitido somente o pagamento das diárias decorrentes de inspeções *in loco* a serem realizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e no interior do Estado do Ceará, pela Secretaria de Controle Externo (Secex);

X - suspensão e não implantação de novos projetos que resultem em aumento de despesas, salvo situações extraordinárias e projetos necessários de TI, consoante decisão da Presidência, por meio de processo administrativo devidamente justificado;

XI - suspensão da celebração de aditivos, acordos, ajustes ou reajustes que acarretem aumento de despesas, salvo expressa autorização da Presidência, por meio de processo administrativo devidamente justificado;

XII - vedação quanto ao afastamento integral de servidores para fins de participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* e de concessão de auxílio financeiro para capacitação, nos termos da Resolução Administrativa nº 06/2019, ressalvadas as situações já apreciadas e deferidas anteriores a publicação da Portaria nº 208/2020 (DOE/TCE-CE de 06/04/2020);

XIII – vedação quanto a contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento, bem como de despesas com *coffee break*, excetuando-se as capacitações por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA ou outro ambiente virtual, do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo – IPC, salvo deliberação expressa da Presidência, por meio de processo administrativo devidamente justificado:

a) as capacitações e os treinamentos por meio do AVA ou outro ambiente virtual, devem ser precedidos de processo administrativo instruído pelo IPC, com a necessária justificativa e demonstração de pertinência dos assuntos que serão abordados;

b) o IPC deverá priorizar a indicação de servidores do corpo técnico do Tribunal para a realização das referidas capacitações e treinamentos, incorporando, sempre que possível e com o de acordo prévio da respectiva chefia imediata, tais atividades às metas de produtividade do servidor.

§ 2º Quanto às despesas com pessoal, fica vedada a abertura de concursos públicos.

§ 3º O Plano de Contingenciamento de Despesa do TCE/CE deverá ser acompanhado pela Secretaria de Administração, a quem caberá reportar a Presidência eventuais descumprimentos.

Art. 3º Os casos omissos ou as despesas submetidas ao Plano de Contingenciamento que impactem em projetos estratégicos ou ações estruturantes deverão ser submetidos à deliberação da Presidência do TCE/CE.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até 30 de abril de 2021, podendo ser prorrogada pela Presidência, revogada a Portaria nº 208/2020 e suas alterações.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30 de março de 2021.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº 124/2021

Estabelece diretrizes para o funcionamento do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) até 16 de abril de 2021, e dá outras providências.